

Dívidas 'enforcam' 86% das famílias

O endividamento das famílias em Cuiabá voltou a crescer, com um aumento de 2,5 pontos percentuais em julho na comparação ao mês anterior, atingindo o alarmante patamar de 86,2%. Isso significa que mais de 176,3 mil famílias na capital mato-grossense estão 'enforcadas'. O cartão

de crédito continua sendo o principal vilão do orçamento familiar. A pesquisa também revela que, entre os endividados, 26,8% possuem contas em atraso. Além disso, 6% das famílias afirmaram que não poderão pagar suas contas. O cartão de crédito é o maior vilão

PÁG. 7

AL quer concluir caso de Cattani em 30 dias

A Comissão de Ética da Assembleia Legislativa espera concluir todo o processo contra o deputado estadual Gilberto Cattani (PL) em até 30 dias. Os membros se reuniram na manhã de sexta-feira, 11, para estabelecer o rito do procedimento. Cattani é acusado de fazer

comentários misóginos ao comparar mulheres com vacas. Na próxima semana, o parlamentar será notificado para entregar sua defesa em até cinco sessões. Após esse prazo, o documento será analisado e será elaborado o parecer

PÁG. 3



Em Cuiabá, ministro garante apoio para escolas militares

Gilberto Leite



Em nova visita a Cuiabá, o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que o governo federal continuará apoiando as escolas cívico-militares que estiverem sob gestão estadual. Em conversa com jornalistas, o ministro afirmou que esse modelo de gestão escolar foi abandonado por falta de previsão legal, mas nem por isso o governo federal deixará de dar apoio aos Estados para manutenção das escolas cívico-militares. A fala busca colocar fim à polêmica criada após o próprio ministro ter anunciado o encerramento do programa de escolas cívico-militares, em meados de julho

PÁG. 6

Botelho confirma saída do União Brasil: "já me fecharam as portas"

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, confirmou na segunda-feira, 7 de agosto, que deixará o União Brasil. Ele disputava internamente a preferência com o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, para encabeçar a chapa do partido a prefeito de Cuiabá nas eleições do próximo ano. À imprensa, o presidente da Assembleia comen-

tou que já não está trabalhando mais com a hipótese de continuar na legenda e destacou que as portas foram fechadas para ele no União Brasil. Questionado sobre a reunião prevista para janeiro, Botelho comentou que as lideranças do partido não querem discutir a Prefeitura de Cuiabá e que o assunto já estaria definido

PÁG. 5

Virgínia declara apoio a Garcia para prefeito

Assim como seu marido já anunciou apoio ao secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia (União), a primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes, também declarou que prefere vê-lo como candidato a prefeito de Cuiabá, ao invés do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho. Em

poucas palavras, Virgínia disse que Garcia possui predicados que colaboram para sua escolha. Fábio Garcia e Eduardo Botelho disputavam a preferência das lideranças do União Brasil para encabeçar a chapa do partido à Prefeitura de Cuiabá nas eleições de 2024

PÁG. 4

Defesa de Edna Sampaio diz que não há provas de rachadinha

Advogado da vereadora Edna Sampaio (PT), o ex-juiz federal Julier Sebastião protocolou na Câmara de Vereadores a defesa contra a denúncia de rachadinha, que é apurada na Comissão de Ética. A expectativa do jurista é que o processo investigatório seja arquivado por falta de elementos que comprovem que a parlamentar tenha se apropriado, de forma indevida, da verba indenizatória recebida pelas suas chefes de gabinetes. Após a apresentação do documento, a Comissão irá elaborar o relatório do caso

PÁG. 3



Gilberto Leite

Lira manda Abílio Brunini ao Conselho

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), encaminhou ao Conselho de Ética uma representação contra o deputado federal Abílio Brunini (PL-MT), para que o colegiado decida se irá abrir processo de quebra de decoro parlamentar.

Junto com o caso de Abílio, foram encaminhadas representações contra mais quatro deputados. A representação contra Abílio foi proposta pelo PSol, que acusa o bolsonarista de transfobia contra a deputada Erika Hilton (PSol-SP)

PÁG. 4

EDITORIAL

Transformação sustentável

A indústria de Mato Grosso tem sido um testemunho brilhante da capacidade de adaptação e inovação em face das mudanças socioeconômicas e ambientais. Dos antigos engenhos de açúcar aos modernos complexos de bioenergia, o cenário industrial do estado trilhou um caminho de notável evolução ao longo dos anos.

A trajetória dessa evolução é pontuada por marcos significativos. A incorporação do cultivo de cana-de-açúcar no século XVIII representou o embrião da transformação que estava por vir. A diversificação da produção de biocom-

bustíveis, com o uso do milho e tecnologias inovadoras, catapultou Mato Grosso para a vanguarda da indústria nacional. Recentemente, a produção de etanol de milho ultrapassou a marca de 4 bilhões de litros, sendo um catalisador crucial nessa jornada.

Esse crescimento impressionante trouxe não apenas relevância econômica, mas também um profundo compromisso com a sustentabilidade. Mato Grosso emerge como líder na geração de energia renovável, destacando-se em tecnologias que contribuem para a economia circular e a redução de impactos am-

bientais. A diversificação dos subprodutos da cana-de-açúcar, como cogeração de energia, biogás e biofertilizantes, sublinha a visão holística adotada pelo setor.

O reconhecimento internacional dessa evolução é mais que merecido. A produção de biocombustíveis do estado é alçada à posição de destaque, com recordes de produção e eficiência. As vitórias não estão apenas no campo econômico, mas também na promoção de uma indústria que assume uma responsabilidade pelo bem-estar social. O comprometimento com ações sociais evidencia a consciência e o coração por trás das operações industriais em Mato Grosso.

Contudo, é essencial manter a humildade e a cautela à

medida que avançamos. O desafio é manter o ímpeto, sempre buscando um futuro sustentável. Em meio ao cenário de mudanças climáticas que ameaçam ecossistemas globais, a evolução da indústria em Mato Grosso assume um papel de destaque e urgência na promoção de ações sustentáveis, fazendo frente ao maior desafio da geração atual.

Em um país conhecido por suas riquezas naturais, a evolução da indústria de Mato Grosso é uma história que merece ser contada e celebrada. O estado se destaca não apenas como produtor, mas como um modelo a ser seguido em termos de responsabilidade ambiental, social e econômica. O exemplo de Mato Grosso deve inspirar outras regiões a abra-



çar a inovação e a sustentabilidade em suas próprias trajetórias industriais.

A jornada da indústria de Mato Grosso é uma prova tangível de que a adaptação inteligente, a tecnologia inovadora e a consciência ambiental podem se unir para criar um futuro brilhante e próspero. As realizações até agora são um tributo à resiliência humana e à visão de um futuro melhor.

Política para o setor mineral

Caiubi Kuhn (*)

A atividade de mineração, ou seja, a retirada de uma rocha para ser transformada em uma ferramenta, é mais antiga que o próprio homem moderno e remonta a mais de 3,2 milhões de anos, enquanto o Homo sapiens, nossa espécie, possui cerca de 350 mil anos. Na história humana, a Idade da Pedra Lascada, a Idade da Pedra Polida, a Idade do Bronze e a Idade do Ferro, são relacionadas ao domínio sobre o uso dos recursos minerais. As revoluções mais recentes, como a industrial e a própria revolução tecnológica, também são marcadas pelo uso de novos minerais e rochas.

O setor mineral brasileiro tem sido responsável por cerca de 2,5% a 4% do PIB brasileiro, e aproximadamente 205 mil empregos diretos e cerca de 2,25 milhões de empregos indiretos na cadeia produtiva. Os recursos minerais são essenciais para produção de carros, casas, equipamentos eletrônicos, remédios, alimentos, ou seja,

para quase tudo que a sociedade tecnológica utiliza no dia a dia. Porém nas últimas décadas, o setor tem sido marcado por diversas tragédias. Este texto discute algumas ações que Governo Federal deveria fazer para garantir mais segurança e sustentabilidade na mineração.

A primeira delas é a reestruturação do órgão de fiscalização do setor. A Agência Nacional de Mineração (ANM) funciona atualmente com apenas 30% do seu quadro preenchido, dos 2.121 cargos disponíveis, apenas 664 estão ocupados. Esse número é ainda menor do que a quantidade de servidores que estavam na agência nas datas do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho. Segundo o Tribunal de Contas da União, há apenas 53 servidores para fiscalizar mais de 918 barragens. Devido a este cenário, aumenta diariamente o risco de ocorrer um novo desastre, como o de Mariana ou Brumadinho, e a falta de ação do governo o torna cúmplice do que pode vir a acontecer.

A segunda ação é investir em programas intensivos de mapeamento geológico. Os mapas são um instrumento fundamental para a gestão territorial e do subsolo. O artigo 21 da Constituição Federal de 1988 estabelece como competência da União organizar e manter os serviços oficiais de geologia. Diversas locais do Brasil, ainda possuem um mapeamento geológico pouco detalhado. O fortalecimento do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o desenvolvimento de uma política arrojada de mapeamentos temáticos são fundamentais para garantir o uso adequado dos recursos naturais.

Por fim, a terceira ação é regulamentar e fomentar um investimento mínimo em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) por parte das empresas que atuam no setor mineral, da mesma forma como ocorre nos setores energético, de petróleo e gás. Isso possibilitaria agregar valor à cadeia produtiva da mineração por meio da busca por novas tecnologias e inovações de produtos, serviços, métodos e técnicas. Criar uma

política de PD&I para o setor mineral significa aumentar o aproveitamento dos recursos minerais do Brasil, desenvolver novas tecnologias e reduzir impactos ambientais. O fortalecimento do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) também precisa fazer parte desta estratégia de avanço tecnológico.

Porém, até agora, o Governo Lula não mostrou nada de novo para o setor mineral, apenas mais do mesmo. Caso nada seja feito, provavelmente no futuro lamentaremos novos desastres e perdas irreparáveis. Mas ainda está em tempo deste cenário mudar, só depende de vontade política e coragem para fazer as alterações necessárias.

CAIUBI KUHN é presidente da Federação Brasileira de Geólogos (FEBRAGEO) e Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



Agosto lilás

Sonia Mazetto (*)

Muitas pautas que merecem atenção da sociedade recebem uma cor e uma campanha, e não poderia ser diferente em relação à defesa das mulheres. Agosto Lilás é o mês de proteção à mulher e seu objetivo é conscientizar a população pelo fim da violência contra nós. Ainda hoje escuto pessoas me dizerem que tudo é muito mimimi, e que não há uma violência de gênero como é divulgada.

Mas de verdade, não enxerga quem não quer ver, porque basta ler os noticiários, assistir aos programas policiais e acompanhar nas redes sociais. As notícias sobre feminicídio não são raras, inclusive os números confirmam tal afirmação. É o que mostra o levantamento do Monitor da Violência de 2022, em que o Brasil bateu recorde de feminicídios, com uma mulher morta a cada 6 horas.

Em 2022, 48 mulheres foram vítimas de feminicídio em Mato Grosso, uma média de 4 mortes por mês, como aponta a Secretária de Segurança Pública (SESP-MT). Esse número representa um aumento de 11%, se comparado a 2021. Acredito que esses dados ainda estão longe da verdadeira realidade, números que não chegam às polícias e nem à mídia.

Até aqui estamos falando de mortes, mas a violência tem suas outras faces. Em 2022, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou 8.390 casos de violência psicológica contra mulheres e 27.722 casos de perseguição, sem contar as agressões e ameaças contra o gênero. Isso são números, e eles vão muito além!

A pergunta que me faço (como palestrante, fonoaudióloga e mulher) é: o que estamos fazendo para mudar essa triste realidade? Pois bem, eu vou citar um exemplo lindo organizado pela Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-Várzea Grande), em parceria com a Associação de Mulheres Empreendedoras (Arvend-MT), IPEA – Instituto profissionalizante de Massagens e apoio da Empresa Marajá.

Nós sabemos que uma das grandes vulnerabilidades das mulheres ainda é a dependência financeira. Muitas tentam quebrar o ciclo de violência, mas pensam: como que eu vou sair de casa? E os meus filhos? E se eu sair com os meus filhos, como eles vão comer? Para onde vamos? Enfim, essas mulheres que passaram uma vida toda dentro de casa, acabam tendo o acesso à informação limitado.

Para apoiá-las a conquistarem uma estrutura financeira, nós promovemos em agosto (desde o ano passado) um curso para 20 mulheres em situação vulnerável. Tudo começa pela seleção com a Arvend, que já trabalha com essas mulheres nos bairros. Elas são convidadas a participarem de um curso imersivo de 7 dias sobre diferentes tipos de massagens.

O IPEA – Instituto profissionalizante de Massagens, liderado pela Massoterapeuta Ayde Salles, ministra sobre massoterapia, quick massage, massagens dos pés, massagem neurossensorial, sempre utilizando os óleos essenciais. O diferencial é que se trabalha muito com a aromaterapia, trazendo ainda mais benefícios no processo das massagens. Sem contar que elas ainda aprendem outros temas, como empreendedorismo, auto cuidado etc.

Detalhe importante, a única coisa que essas mulheres precisam é dar um jeito de chegar até o local do curso. Nós BPW VG e parceiros oferecemos almoço, os cremes necessários, os óleos essenciais, estágio de prática no HCAN, oportunizando que elas concluam a capacitação com certificação de um instituto profissionalizante e com os materiais

necessários para começarem a empreender.

Depois do curso, elas saem do estágio de uma pessoa não qualificada para uma qualificada e cheia de oportunidades. Afinal, essas mulheres se tornam habilitadas para abrir um cantinho, atender em casa ou mesmo serem contratadas em algum lugar. Objetivo cumprido: profissionalizar essas mulheres para que elas tenham uma opção de renda e, acima de tudo, uma profissão.

E o cuidado com as mulheres vai além. Muitas choram ao final do curso, por terem vivenciado a oportunidade de receber uma massagem pela primeira vez na vida. Muitas falam que começam a enxergar que existe alegria na vida. Então, além de se valorizarem, essas mulheres trabalham a autoestima com a visão da capacidade de poder fazer.

Essa é uma missão que faço parte! E você empreendedor, mulheres, organizações, enfim, todos. O que mais podemos fazer para minimizar a violência contra as mulheres hoje?

SONIA MAZETTO é Coordenadora de Saúde da BPW Várzea Grande.



Direitos aos caminhoneiros

Roberta Borges (*)

Responsáveis pelo transporte de praticamente tudo o que produzimos e consumimos no Brasil, os caminhoneiros obtiveram uma importante vitória no Supremo Tribunal Federal (STF), pouco tempo antes da Corte iniciar seu recenso. Por 8 votos a 3, os ministros declararam a inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei dos Caminhoneiros (13.103/2015), que flexibilizavam uma série de direitos trabalhistas destes profissionais conquistados com a lei que regulamentou a profissão de motorista (12.619/2012).

Em primeiro lugar, é preciso termos claro em nossas mentes que é falsa a premissa de que haja uma dicotomia entre a situação econômica das empresas e a saúde do trabalhador. Estes dois aspectos podem e

devem conviver em harmonia para o desenvolvimento pleno de nossa sociedade. Não é certo que haja uma evolução da condição de vida das pessoas, possível com o desenvolvimento econômico das empresas, às custas da saúde, física e mental, dos trabalhadores em geral.

Com isso em mente, fica bem mais fácil compreender para além da legislação os motivos que levaram a Suprema Corte a vetar os dispositivos contidos na Lei dos Caminhoneiros. O primeiro deles trata da jornada de trabalho dos caminhoneiros. A lei de 2015 retirou deste período o tempo que os motoristas ficam parados à espera de carga ou descarga dos produtos transportados ou aguardando eventuais fiscalizações em barreiras fiscais e alfandegárias, portanto, este tempo de espera não era considerado para o cálculo da jornada

diária dos motoristas. Em compensação, eles passaram a receber por estes períodos de forma indenizada o equivalente a 30% do salário-hora normal.

Do ponto de vista legal, como determinado pela maioria dos ministros do STF, o dispositivo fere a Constituição porque causa um prejuízo direto ao empregado. Do ponto de vista prático, não parece razoável que estes longos períodos, que em alguns casos pode perdurar por vários dias, não sejam compreendidos e remunerados como efetiva jornada de trabalho destes motoristas. E isso fica ainda mais claro pelo fato de que a lei questionada no STF previa que, mesmo sem ser remunerado, o motorista deveria fazer as movimentações necessárias no veículo durante a espera.

Outro ponto afetado pela decisão trata do descanso entre as jornadas, que deverá ser de 11 horas, ininterruptas, com o veículo parado. Embora pareça óbvio, assim como os demais trabalhadores, os motoristas precisam de um descanso que seja reparador, do ponto de vista físico e mental. Quem já viajou pelas estradas do nosso país sabe das condições das rodovias, a grande maioria irregulares, ruins ou péssimas, e o quanto de esforço, sobretudo mental, é necessário aos condutores de veículos leves ou pesados por elas.

Do mesmo modo, o descanso semanal remunerado não poderá ser fracionado ou acumulado, como permitido pela lei de 2015. Esta é outra decisão muito acertada dos ministros, uma vez que este descanso não se dá por mero capricho do legislador, mas sim por uma necessidade biológica, que envolve a parte física, e mental, uma vez que é este o período em que os motoristas, que passam muito tempo longe de suas casas, possuem para o convívio com suas famílias e amigos.

A preocupação agora está centrada na modulação desta decisão do STF, que não pode fazer valer a expressão comum em

nosso país de que “no Brasil, até o passado é incerto”. Se por um lado as empresas cumpriram a legislação vigente durante o lapso entre a publicação da Lei dos Caminhoneiros e a decisão do Supremo, os motoristas sofreram todos esses anos os danos advindos da legislação inconstitucional. Portanto, a modulação dos efeitos desta decisão do STF é extremamente importante e necessária para a segurança jurídica e pacificação do tema.

Além disso, a modulação é desafiadora a todos os envolvidos, exigindo toda cautela para o equilíbrio nas relações, pois na medida em que as transportadoras não podem ser penalizadas com a criação de um passivo trabalhista enorme não provisionado, que pode ser gerado com um efeito retroativo da inconstitucionalidade, os motoristas precisam, em alguma medida, compensar o passado lesivo. É preciso olhar para este tema com seriedade e sabedoria na busca de soluções aos trabalhadores e que paralelamente sejam sustentáveis aos empresários.

O papel dos transportadores na economia brasileira é fundamental. Se havia alguma dúvida disso, ela se dissipou em 2018, quando houve uma paralisação de 11 dias que gerou escassez de produtos, forte alta da inflação e queda no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro naquele ano, um prejuízo estimado à época em mais de R\$ 15 bilhões. Por isso, é preciso que haja dispositivos legais que assegurem o reconhecimento ao papel desenvolvido por eles na nossa sociedade, o que foi ratificado com esta decisão do STF.

*ROBERTA BORGES é advogada trabalhista há 19 anos, conselheira estadual na OAB seccional de MT e membro consultora da Comissão Especial de Direito do Trabalho do Conselho Federal da OAB.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

CASO CATTANI

Deputado será notificado para entregar sua defesa em até cinco sessões ordinárias; punição será definida pelo plenário da Assembleia

Comissão quer concluir em 30 dias

**Da redação**

A Comissão de Ética da Assembleia Legislativa espera concluir todo o processo contra o deputado estadual Gilberto Cattani (PL) em até 30 dias. Os membros se reuniram na manhã de sexta-feira, 11 de agosto, para estabelecer o rito do procedimento. Cattani é acusado de fazer comentários misóginos ao comparar mulheres com vacas.

Na próxima semana, o parlamentar será notificado para entregar sua defesa em até cinco sessões ordinárias, cerca de três semanas, já que a Assembleia realiza duas sessões nas quar-

tas-feiras. Após esse prazo, o documento será analisado por uma sub-comissão que é formada pelo deputado Max Russi (PSB) como relator, Elizeu Nascimento (PL) revisor e Júlio Campos (União) como membro.

“Instalada essa sub-comissão, a Comissão de Ética notifica o deputado Cattani sobre o prazo para apresentar defesa. Ele tem um prazo de defesa de cinco sessões. Ele pode ser ouvido, se ele quiser ser ouvido. É um direito dele. Depois disso, de ouvido, a comissão toma uma decisão dentro daquilo que o regimento determina”, disse a presidente da Comissão, deputada Janaina Riva (MDB).

Caso o deputado não apresente o documento no prazo, a Comissão vai analisar o processo sem a defesa dele. Janaina comentou que o objetivo do grupo é apresentar o resultado o mais rápido possível para que o Plenário tome uma decisão. Ela destacou que o entendimento da Comissão



Presidente da Comissão de Ética, Janaina Riva explica que parecer do grupo será submetido a votação no Plenário

pode ser derrubado pelos demais deputados no Plenário, caso entendam que a penalidade prevista no relatório é branda.

“A gente acha que isso não vai passar de 15 dias, para ele apresentar toda a defesa dele. Nós não temos mais o intuito de segurar isso aqui.

Nosso objetivo é, logo que ele seja ouvido, fazer uma reunião da comissão no mesmo dia, ou no dia seguinte, para a comissão já encaminhar o parecer para o Plenário. A comissão agora passou a bola, digamos assim, para o deputado Cattani”, explicou.

PUNIÇÕES - Janaina, acompanhada de Max Russi, explicou que o regimento interno prevê três tipos de punições: cassação, suspensão ou censura. Os parlamentares preferiram não adiantar qual será o resultado, destacando que a decisão será enviada

aos deputados, que podem modificar o entendimento.

“É a vontade do Plenário. Então, regimentalmente, só temos essas três possibilidades. A censura seria uma censura escrita, basicamente, como se fosse uma advertência para o parlamentar”, disse.

Além disso, eles explicaram que tiveram que apresentar a denúncia contra Cattani e descartar a reclamação apresentada pela Comissão de Advogadas Mulheres da OAB e da Defensoria Pública. Janaina comentou que regimentalmente “não dá a eles [entidades] esse direito de ser parte legítima no processo”.

Apesar de não adiantar o veredito, Janaina e outros membros da Comissão de Ética já disseram, em outros momentos, que Cattani não deve ser cassado. Segundo eles, deve ser indicada uma punição mais branda e adequada à gravidade do problema.

CASO EDNA

Defesa alega que não há provas de rachadinha



Reprodução/Facebook

Defensor de Edna, Julier afirma que não há provas de rachadinha e pede arquivamento da denúncia

Da redação

Advogado da vereadora Edna Sampaio (PT), o ex-juiz federal Julier Sebastião protocolou na Câmara de Vereadores a defesa contra a denúncia de rachadinha, que é apurada na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. A expectativa do jurista é que o processo investigatório seja arquivado por falta de elementos que comprovem que a parlamentar se apropriou, de forma indevida, da verba indenizatória recebida pelas suas chefes de gabinetes.

Após a apresentação do documento, os membros da Comissão irão analisar o texto para elaboração do relatório

que pode punir a vereadora ou não. O colegiado tem até o final de agosto para apresentar sua manifestação para votação no plenário.

“Não tem nada de difícil diante de um fato claro e objetivo, ou seja, da inexistência de qualquer irregularidade, ou de qualquer fato que seja considerado infracional em relação à verba indenizatória de gabinete. Diante dessa ausência de qualquer elemento a testar a autoridade da nossa vereadora, o provável gesto é que isso tudo termine reconhecendo a inexistência de qualquer ilegalidade”, disse o jurista em entrevista à imprensa nesta quinta-feira, 10 de agosto.

O requerimento que abriu o processo ético contra Edna foi apresentado pelo vice-líder do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), vereador Luís Cláudio (PP). Nele, o parlamentar cita a denúncia que foi apresentada pelo site RD News, indicando que a vereadora teria se apropriado ilegalmente da verba indenizatória recebida pela sua ex-chefe de gabinete, Laura Abreu, que foi demitida do gabinete quando estava grávida.

A vereadora se defendeu das acusações dizendo que está sendo vítima de violência política e de gênero por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações que não têm fundamento. Edna ex-

plicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre como estão sendo gastos os recursos de verbas indenizatórias, tanto as suas como as da chefia de gabinete.

Edna e sua defesa ainda reforçam que a portaria que trata sobre a verba indenizatória dos chefes de gabinetes não é clara sobre a proibição de transferência dos valores recebidos pelas servidoras para uma conta corrente. Segundo a vereadora, os valores eram transferidos para outra conta para propiciar maior controle dos gastos, versão que é contestada pelos seus colegas de Parlamento.

BATE-BOCA

Caso Edna Sampaio gera confusão na Câmara

Da redação

Os vereadores Dilemário Alencar e Wilson Kero Kero, ambos do Podemos, se estranharão na sessão ordinária de quinta-feira, 10 de agosto, na Câmara de Cuiabá. O tema da discussão foi o caso da vereadora Edna Sampaio (PT), que é alvo de um requerimento na Comissão de Ética por possível prática de rachadinha com a verba indenizatória de suas chefes de gabinetes.

Dilemário usou a tribuna para ler uma reportagem que indicava que os membros da Comissão de Ética iriam apresentar um relatório ao plenário indicando um afastamento de 30 dias para a parlamentar. Para o vereador, essa medida é insuficiente.

“Eu não quero acreditar nisso, porque a

comissão vem fazendo um serviço sério, transparente. Essa Casa, se salvar a vereadora Edna das provas escancaradas de ela ter, de forma indevida, e com o marido dela, solicitado que a ex-chefe de gabinete Laura, que ela pediu a demissão, depositar por volta de R\$ 20 mil na conta pessoal da vereadora Edna. A vereadora disse que todas as chefes de gabinetes depositavam na conta dela, o marido também ratificou na oitiva na Comissão. Sabe quanto dá isso? Da por volta de R\$ 184 mil que foram depositados em contas da vereadora Edna de forma irregular”, comentou.

Logo em seguida, Dilemário lembrou que a Câmara, com “provas robustas”, cassou o mandato de Marcos Paccola (Republicanos)

por quebra de decoro parlamentar, devido ao pelo assassinato do agente socioeducativo Alexandre Miyagawa.

“Se essa Câmara não aprovar a cassação da vereadora Edna, eu não sei o que tem que fazer. Ela pediu a cassação do vereador Paccola, que teve cinco sessões para se defender, e com provas robustas a Câmara cassou com 13 votos o vereador Paccola. Agora, o caso dela tem provas robustas e a Câmara não vai tomar nenhuma atitude?”, questionou.

Membro da Comissão de Ética, Wilson Kero Kero não gostou da fala de seu colega e rebateu dizendo que o vereador não pode fazer juízo de valores antes de o relator do processo, Kássio Coelho (Patriota), ter iniciado o relatório. Ele ainda acusou Dilemário de tentar fazer pressão

contra os membros do colegiado.

“Ninguém adiantou nada, porque ele não sabe do relatório do vereador Kássio. Se entender que teve provas robustas, que deve ter uma punição de 30 dias, 60 dias ou 90 dias, essa Comissão fará sem medo de pressão nenhuma. Não vai ser o vereador Dilemário que vai usar a tribuna e querer colocar pressão na Comissão de Ética. Muito pelo contrário, até porque ele vai responder na Comissão de Ética por violência política de gênero, a vereadora Edna vai representá-lo, e na Comissão de Ética nós vamos poder falar sobre isso”, rebateu.

Dilemário e Kássio tentaram pedir o direito de fala, que não foi concedido pelo presidente da sessão, o vereador Sargento Vidal (MDB).



Gilberto Leite

Dilemário criticou a Comissão de Ética por possibilidade de aliviar punição de Edna

MOMENTO É DE UNIÃO

Mauro critica discurso do governador de Minas Gerais, que defendeu um bloco das regiões Sul-Sudeste para contrapor o Centro-Oeste, Norte e Nordeste

"Não é hora de criar polarizações"



Zema, mas defendeu que o momento é de unir o país, principalmente em meio a debates importantes, como a reforma tributária.

"Olha, eu não li a ísis litteris o que disse o governador Zema. Entretanto, eu acho que o Brasil, enquanto nós falarmos a mesma língua, seremos o mesmo país. Precisamos nos unir e os nossos adversários não podem ser nós mesmos", disse Mauro, em entrevista à imprensa na segunda-feira, 7 de agosto.

O governador defendeu o fim das polarizações partidárias e o começo da abertura de diálogo para fortalecimento econômico do Brasil.

"Nós temos que lutar contra a ineficiência, nós temos que lutar contra a corrupção, nós temos que lutar contra o aumento da criminalidade... Existem muitas agendas mais importantes do que estabelecer uma agenda de nós contra eles, seja quem for, quem quer que seja



Mauro defende mais união entre os estados brasileiros para resolver problemas que impedem o crescimento do País

e qual região seja. Eu defendo que nós possamos unir esse país e não criar formas de polarizações desnecessárias", comentou.

A entrevista concedida pelo governador de Minas Gerais repercutiu negativamente em todo

o país. À Folha de São Paulo, Zema disse que as regiões Sul e Sudeste formaram um grupo chamado de Cossud, que reúne sete estados. Ele comentou que as regiões sempre estiveram em desvantagem no Senado Federal, pois detêm

27 senadores dos 81, e não querem ser julgadas como 'as regiões dos estados ricos', que têm obrigação de contribuir sem receber nada em troca.

Zema enfatizou que durante a discussão da reforma tributária foi

criado um fundo para o Centro-Oeste, Nordeste e Norte, excluindo a região Sul e Sudeste.

"Então Sul e Sudeste vão continuar com a arrecadação muito maior do que recebem de volta? Isso não pode ser intensificado, ano a ano, década a década. Se não você vai cair naquela história, do produtor rural que começa só a dar um tratamento bom para as vaquinhas que produzem pouco e deixa de lado as que estão produzindo muito", diz trecho da entrevista.

Após a repercussão negativa, Zema usou as redes sociais para dizer que sua declaração foi interpretada de forma equivocada.

"A união do Sul e Sudeste jamais será pra diminuir outras regiões. Não é ser contra ninguém, e sim a favor de somar esforços. Diálogo e gestão são fundamentais pro país ter mais oportunidades. A distorção dos fatos provoca divisão, mas a força do Brasil tá no trabalho em união", escreveu.

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) criticou o posicionamento do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que defende a união das regiões Sul e Sudeste para ter mais protagonismo político no Congresso Nacional e se contrapor a outras regiões do País. Zema afirmou que o objetivo do bloco é se contrapor especialmente às regiões Norte e Nordeste, pois, segundo ele, as políticas que beneficiam aqueles estados prejudicam o restante do País.

Mauro comentou que apenas ficou sabendo 'por alto' sobre o comentário feito por

DISPUTA NO UNIÃO

Virgínia declara preferência por Fábio Garcia



Gilberto Leite

Da redação

Assim como seu marido já anunciou apoio ao secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia (União), a primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes, também declarou que prefere vê-lo como candidato a prefeito de Cuiabá, ao invés do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho.

Em poucas palavras, Virgínia disse que Garcia possui predicados que colaboram para sua escolha.

"Eu estou com o Fábio Garcia, porque é um homem honesto, correto e fiel à esposa. Então, para mim, está tudo certo", disse Virgínia, em entrevista à imprensa durante o lançamento do programa SER Família Mulher na quarta-feira, 9 de agosto.

Garcia e Botelho disputavam a preferência das lideranças do União Brasil para encabeçar a chapa do partido.

Recentemente, o presidente do União Brasil, governador Mauro Mendes, declarou apoio a Garcia em meio à divisão pública do partido sobre a candidatura a prefeito de Cuiabá. Mauro ainda comentou que o secretário foi o único que pediu suporte ao projeto político para 2024.

Após esse anúncio, Botelho comunicou à imprensa nesta semana que está de saída do União. Ele chegou a se reunir com lideranças do PSD e Republicanos em Brasília para discutir uma possível migração. No entanto, o governador disse que espera reverter a situação após uma reunião com o deputado.

Mauro espera que a situação interna seja resolvida apenas em janeiro de 2024. Porém, esse prazo não é aguardado pelos demais partidos, que pressionam Botelho para uma definição rápida, já que é necessário tempo para fazer as articulações necessárias para montagem de chapa majoritária e de vereadores.

ALFINETADAS - A primeira-dama já se "estranhou" diversas vezes com o presidente da Assembleia Legislativa no passado. No ano passado, ela criticou Botelho após o parlamentar fazer críticas à política social do governo do Estado. Em matéria no jornal A Gazeta, Botelho disse que a desigualdade social em Mato Grosso é mais acentuada que no Nordeste.

Em resposta, a primeira-dama fez um post no Instagram acusando Botelho de criar falácias e afirmando que isso "não passa de pura demagogia". Virgínia também lembrou que Botelho foi contra a distribuição de cestas básicas à população carente.

As alfinetadas não pararam por aí. Em março deste ano, Virgínia voltou a criticar Botelho por ter comentado que os resultados na Saúde de Cuiabá terão que aparecer com a intervenção do Estado. Virgínia compartilhou uma matéria sobre o assunto e ressaltou que o colega de partido de seu marido "só pode estar" debochando dos cuiabanos e, ao invés de ficar comentando, deveria ajudar a cobrar e fiscalizar "o seu amigo prefeito", Emanuel Pinheiro (MDB).

CONFUSÕES NA CÂMARA

Arthur Lira manda Abílio Brunini ao Conselho

Gabriel Soares

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), encaminhou ao Conselho de Ética uma representação contra o deputado federal Abílio Brunini (PL-MT), para que o colegiado decida se irá abrir processo de quebra de decoro parlamentar. Junto com o caso de Abílio, foram encaminhadas representações contra mais quatro deputados.

A representação contra Abílio foi proposta pelo PSol, que acusa o bolsonarista de transfobia contra a deputada Erika Hilton (PSol-SP).

A situação ocorreu no dia 11 de julho, durante um pronunciamento de Erika na CPMI dos Atos Golpistas. Criticando as polêmicas criadas por

Abílio, Erika disse que ele precisava "tratar sua carência em outro espaço", porque o Congresso é um espaço "sério". Pouco depois, ela foi interrompida pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), que denunciou a suposta fala "homofóbica". Segundo o senador, Abílio teria insinuado que Erika estava oferecendo serviços sexuais.

"O seu Abílio foi homofóbico. Fez uma fala homofóbica, quando a companheira estava se manifestando, ele acusou e disse que ela estava oferecendo serviços. Isso é homofobia, é um desrespeito. Peço a vossa excelência que o senhor peça para o deputado se retirar do plenário", disse.

Porém, laudo elaborado pela Polícia do Senado não identificou as supos-

tas falas transfóbicas. O documento destaca que a qualidade do áudio foi um dos fatores que comprometeram as análises relacionadas à voz e à fala do parlamentar.

Abílio negou ter feito qualquer comentário transfóbico. Ele disse que, inicialmente, não deu atenção às falas que ocorreram durante a confusão, alegando que levou a situação com humor. Logo após, ele acusou os deputados e senadores de esquerda de editarem vídeos para compartilhar no Twitter sem nenhuma palavra proferida por ele que comprovasse que teria sido transfóbico.

"Nos vídeos, em todos que estão no Twitter e nos sites de notícias, não tem uma palavra minha de homofobia, não tem nenhuma pa-

lavra minha de ataque a Erika, não tem nenhuma palavra de ataque a ninguém", ressaltou.

Abílio afirmou ainda que a acusação foi feita por pessoas que estavam de costas na sessão e ele achou que fosse brincadeira dos colegas da Câmara dos Deputados, em Brasília.

"Eles estavam de costas pra mim. Não tem nem como falar uma coisa dessa e nem viram quem falou. Eu também não vi. O cara tava do meu lado e viu que eu não falei nada que pudesse ser transfóbico ou homofóbico. Como que um cara que tá de costas, que foi o cara do PT [Rogério Carvalho (PT-SE)] e a Soraya [Thronicke (Podemos-MS)] falam que fui eu com tanta veemência como se fosse", explica.



Gilberto Leite

Laudo elaborado pela Polícia do Senado não identificou as supostas falas transfóbicas de que Abílio é acusado

MALAS PRONTAS

Presidente da Assembleia avalia que as portas foram fechadas para ele no União Brasil e pretende buscar outra sigla para viabilizar candidatura

Botelho confirma saída do União

**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, confirmou na segunda-feira, 7 de agosto, que deixará o União Brasil. Ele disputava internamente a preferência com o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, para encabeçar a chapa do partido a prefeito de Cuiabá nas eleições do próximo ano.

O parlamentar comentou que está trabalhando mais com a hipótese de estar fora da legenda e destacou que as portas foram fechadas para ele no União Brasil.

“Eu estou trabalhando já com a hipótese já bem praticamente de estar fora da União Brasil. Já não estou mais trabalhando com a hipótese de ficar dentro do partido. Já me fecharam as portas... se fecharam as portas, eu vou para o lugar que tem portas abertas para mim”, destacou.

Questionado sobre a reunião prevista para janeiro, Botelho comentou que as lideranças do partido não querem discutir a Prefeitura de Cuiabá e que o assunto já está definido.

“Eu não tenho vocação para fazer papel da Índia Moema. Você conhece a história da Índia Moema? Daquela que ficou nadando no rio e morreu afogada atrás do Caramuru. Eu não tenho vocação para isso”, disse.

Botelho ainda não definiu qual sigla deve migrar. As conversas de bastidores apontam que o deputado tem se aproximado do Republicanos, partido do vi-



Citando o poema épico Caramuru, Botelho destaca que não vai ficar esperando o partido para 'morrer na praia'

ce-governador Otaviano Pivetta. Caso escolha essa legenda, Botelho não se afastaria da gestão estadual, da qual faz parte da base desde o primeiro mandato, que se iniciou em 2019.

CRISE INTERNA - O União Brasil vive uma crise interna, pois há dois correligionários querendo ser cabeça de chapa a prefeito de Cuiabá nas eleições de 2024. Um deles é o próprio Garcia, afilhado político do presidente estadual da sigla e governador Mauro Mendes. Contudo, outra ala defende o nome do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, que tem pontuado bem nas pesquisas eleitorais.

Em meio a essa divisão, Botelho tem sido sondado por diversas legendas, que sonham em tê-lo entre seus filiados, já que as pesquisas mostram chances reais de vitória do deputado. Os partidos querem uma

resposta de Botelho até outubro deste ano, para que haja tempo de negociar a composição com outras legendas.

Entre os partidos que têm "flertado" com o parlamentar está o PSD, comandado em Mato Grosso pelo ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Fávaro. Porém, essa escolha poderia estremecer a relação do deputado com o governador Mauro Mendes, uma vez que o ministro rompeu com ele em meio às eleições do ano passado e decidiu apoiar a candidata Marcia Pinheiro (PV), esposa do atual prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

Semana passada, Botelho disse que há um acordo no União Brasil que, caso decida deixar o partido, terá a carta de anuência. O deputado comentou que ainda não discutiu com as lideranças do partido sobre quais critérios serão observados para escolher o postulante.

"ESTRATÉGIA INTELIGENTE"

Janaína elogia saída de Botelho e prevê aliança

Da redação

Companheiros de gestão à frente da Assembleia Legislativa, a vice-presidente Janaína Riva (MDB) elogiou a atitude do titular Eduardo Botelho, que anunciou sua saída do União Brasil para ter a liberdade de articular sua candidatura à Prefeitura de Cuiabá em 2024. Embora a saída possa estremecer os laços entre o deputado e o governador Mauro Mendes, presidente estadual da sigla, a deputada acredita que uma futura composição política não está descartada.

“Comentei com o Bezerra [ex-deputado federal e presidente do MDB em Mato Grosso], eu não entendo que fecharam as portas, falei isso para ele agora há pouco, falei 'olha, eu não acho que fecharam as portas, acho que as

portas continuam abertas', mas o partido tem um projeto que é prioritário. Então, eu acho que para ele é melhor ele ficar mais solto, inclusive com a possibilidade de compor com a União Brasil. Não vejo como uma fechada de portas, mas ele precisa encontrar um caminho onde ele seja o principal candidato”, disse em entrevista à imprensa na segunda-feira, 7 de agosto.

Para a parlamentar, a decisão também proporciona que o deputado tenha tempo hábil para costurar alianças.

“Eu acho até que está sendo inteligente na estratégia, em esperar um pouquinho mais, a política vai se acomodando, a gente vai vendo os candidatos que vão ficando, para depois ele escolher o partido que ele vai migrar. Mas acre-

dito que ele está correto em desfiliar e começar a pensar agora em novos rumos, novos caminhos, especialmente com o resultado das últimas pesquisas, que são muito animadores”, complementou.

O anúncio de Botelho foi feito nesta segunda. O parlamentar vinha tentando articular seu nome dentro do partido para ser o candidato no ano que vem, mas decidiu deixar a legenda após perceber que os esforços seriam em vão e que o UB já estava decidido em lançar o deputado federal Fábio Garcia à Prefeitura.

Agora, o assunto é sobre o futuro do parlamentar. Os bastidores sugerem que Botelho decida por se filiar ao Republicanos, partido do vice-governador Otaviano Pivetta. Enquanto as mãos não são apertadas,

o deputado segue sendo cortejado pelo PSD (do ministro Carlos Fávaro (Agricultura)), PSB (do primeiro-secretário da ALMT, Max Russi) e pelo MDB, de Janaína Riva e Emanuel Pinheiro, atual prefeito de Cuiabá.

PRATOS LIMPOS - Contrariando o que está à vista de todos, a classe política dominante de Mato Grosso insiste em tentar convencer a população de que só irá tratar de política eleitoral no próximo ano.

Com base no conhecimento popular de que algo repetido diversas vezes se torna verdade, a afirmação tem sido feita pela classe política sempre que questionada sobre o assunto pela imprensa.



Janaína avalia que Botelho não teria espaço para lançar sua candidatura a prefeito no União Brasil

MUITA CALMA NESSA HORA...

Mauro quer ouvir Botelho sobre saída do União



Mauro vai esperar Botelho retornar de Brasília para conversar sobre motivos de descontentamento

Da redação

O presidente do União Brasil, governador Mauro Mendes, preferiu não comentar sobre a decisão do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, de sair do partido. Em conversa com jornalistas, Mauro disse que vai esperar Botelho retornar da viagem a Brasília para sentar e conversar sobre os motivos que o levaram a declarar sua intenção de deixar o partido.

Na segunda-feira (7), Botelho revelou que não tem interesse em continuar no União. Ele comentou que as portas do partido foram fechadas e que ele não tem vocação para fazer papel da Índia Moema, em alusão à personagem que vive

um triângulo amoroso e acaba sendo abandonada por Caramuru. Atualmente, Botelho disputa com o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, a preferência para encabeçar a chapa do partido para prefeito de Cuiabá na eleição do próximo ano.

“Primeiro, eu preciso conversar com o deputado Botelho. Ele é meu amigo, tenho muita consideração por ele e vou conversar com ele antes de falar alguma coisa a respeito dessa possível declaração”, disse Mauro, em entrevista à imprensa na terça-feira, 08 de agosto.

Sobre o fato de já ter garantido apoio à possível candidatura de Garcia, o governador disse que apenas falou a ver-

dade, e que a situação já era de conhecimento de Botelho.

“Só falei a verdade como é, do mesmo jeito que eu tinha que falar a verdade. E ele conhecia essa verdade”, garantiu.

O governador comentou que, após o resultado das eleições de 2022, Garcia tinha sido o único que havia comitado a vontade de disputar o comando do Palácio Alencastro, em 2024. Por isso, Mauro já garantiu a Garcia naquela data que apoiaria sua pretensão política.

No entanto, o governador acredita que Botelho não deve misturar as coisas nem atrapalhar os projetos do governo que tramitam no Legislativo. “Eu sempre tratei todo mundo com respei-

to. Sempre tratei a sociedade com respeito e nós temos que saber separar as coisas. Qualquer candidato que estiver aí como candidato, ele tem que se comportar bem, ele vai pleitear como candidato, um cargo importante de prefeitura ou de vereador, que vão ser disputados no ano que vem, e a população está de olho nisso. Então, nós não podemos misturar as coisas”, disse.

“Procuro separar bem o meu papel de presidente de partido, de governador, de amigos, que sou o dele e continuarei sendo. Eu mando na minha parte e acredito na dele também, e de qualquer um de outros aí que eu possa ter algum tipo de divergência político-partidária”, acrescentou.

FLORESTAS EM CHAMAS

Índice de confiança apresentou avanço de 0,9% em julho ante ao mês anterior e atingiu 105,5 pontos, mas ainda segue muito abaixo do ano passado

Desmatamento na Amazônia cai 7%



Da redação

Nos primeiros sete meses de 2023, o desmatamento na Amazônia teve queda de 42,5%, se comparado ao mesmo período do ano passado. O estado do Amazonas foi o que registrou a maior redução de janeiro a julho. A queda de 62% vai na contramão do aumento de 158% no período de agosto a dezembro de 2022. Rondônia veio em seguida, com um decréscimo de 60% nos sete primeiros meses de 2023. No Pará, houve redução de 39% e, em Mato Grosso, de 7%.

As informações foram apresentadas pelo Instituto Nacional de Pesqui-

sas Espaciais (INPE), em evento em Brasília, no último dia 3 de agosto.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, declarou que os dados estão sustentados por muita ciência. “É termos criado um sistema de detecção do desmatamento em tempo real, que serve para que a gente possa interferir no momento em que a criminalidade está acontecendo e, portanto, poder fazer a diferença quando a gente vai para o terreno da ação. Se nós tivéssemos feito política pública de forma errática, talvez não tivéssemos conseguido o resultado que conseguimos no passado e agora”.

Considerado um dos meses mais favoráveis a registros de casos de incêndio florestais, o mês de julho registrou uma redução de 66% do desmatamento na Amazônia. Um recorde histórico, jamais registrado no Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter). No período, foram regis-



O desmatamento na Amazônia teve queda de 42,5%, se comparado ao mesmo período do ano passado

trados 500 km² de área degradada, contra 1.487 km² em julho de 2022.

O INPE começa a medição em agosto de um ano e termina em julho do ano seguinte. No último semestre de cada ano, o desmatamento é menor, devido ao período de chuva. A partir de março os registros vão

subindo, atingindo pico em julho.

CERRADO - Os alertas de desmatamento no Cerrado apresentaram crescimento de 16,5% (2022/2023) em relação ao período anterior (2021/2022), correspondente a uma área degradada de 6.359,43 km². De janeiro a julho deste

ano, o crescimento foi de 21,7%, maior que o período de agosto a dezembro de 2022, quando houve crescimento de 15,7%. Já no mês de julho deste ano, o crescimento foi de 26%.

REFORÇO - Para reforçar as ações de combate aos incêndios florestais em 2023, o

Governo de Mato Grosso conta com apoio de seis aviões, sendo quatro locados pela Defesa Civil e dois do Corpo de Bombeiros. Até o momento, três aeronaves já foram alocadas nos municípios de Primavera do Leste, Sinop e Diamantino.

O Governo também destinou para o combate de incêndios florestais e desmatamento ilegal em 2023 o investimento de R\$ 77,4 milhões - um aumento de 29% em comparação com o investimento de R\$ 60 milhões do ano passado.

PERÍODO PROIBITIVO DO FOGO - O período proibitivo iniciou no dia 1º de julho e segue até 31 de outubro, conforme o Decreto nº 259/2023. O documento declara situação de emergência ambiental entre os meses de maio e novembro, o que possibilita a mobilização de esforços governamentais para a prevenção e combate aos incêndios e as contratações e aquisições necessárias ao período de alto risco de incêndios florestais.

MANUTENÇÃO GARANTIDA

Ministro da Educação confirma continuidade de escolas militares

Da redação

Em nova visita a Cuiabá, o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que o governo federal continuará apoiando as escolas cívico-militares que estiverem sob gestão estadual. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 9 de agosto, o ministro afirmou que esse modelo de gestão escolar foi abandonado por falta de previsão legal, mas nem por isso o governo federal deixará de dar apoio aos Estados para manutenção das escolas cívico-militares.

A fala busca colocar fim à polêmica criada após o próprio ministro ter anunciado o encerramento do programa de escolas cívico-militares, em meados de julho. A época, ele justificou que a decisão era embasada em análises pedagógicas e técnicas. Além disso, ele citou que os recursos reservados para o programa eram subutilizados, pois havia baixa adesão, além de indicar problemas com a distorção no salário dos professores.

“O problema é que não havia previsão legal, não havia previsão na LDB [Lei de Diretrizes e Bases], não havia previsão no PNE [Plano Nacional de Educação]. Inclusive, os órgãos de controle estavam questionando, porque esse programa foi criado em um decreto. O que nós colocamos foi um período de transição. Nós vamos continuar apoiando todas as escolas, apoiar os estados, as escolas militares estaduais continuam, e os modelos que os estados quiserem construir com o MEC, irão construir”, explicou Camilo.



O ministro afirmou que o modelo de gestão escolar foi abandonado por falta de previsão legal, mas não deixará de dar apoio

O ‘xis’ da questão é o financiamento do Programa de Escolas Cívico-Militares (Pecim), lançado durante o governo Jair Bolsonaro (PL). O entendimento do Ministério da Educação (MEC) e dos órgãos de controle é de que o Pecim não pode ser financiado com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que são exclusivos para custear a remuneração dos profissionais da educação. Ou seja, não há previsão legal para pagamento da remuneração dos profissionais da segurança pública que atuam nas escolas.

Após o anúncio do encerramento do Pecim, o governador Mauro Mendes (União) afirmou que apenas uma escola estadual estava inserida no programa e não deveria ser afetada. Ele também anunciou que encaminharia à Assembleia Legislativa um

programa para dobrar o número de escolas militares estaduais, seguindo o modelo da Escola da PM Tiradentes.

DISTINÇÃO DE MODELOS - O ministro ainda ressaltou que é preciso fazer uma distinção entre as escolas militares e as cívico-militares. No primeiro caso, as escolas não são subordinadas ao Ministério da Educação, mas sim ao Ministério da Defesa, e os militares são responsáveis tanto pela direção quanto pela administração da unidade, além de poderem atuar como professores se tiverem capacitação para o magistério.

Já no segundo caso, os militares atuam apenas como monitores e não podem interferir no conteúdo que é trabalhado em sala de aula nem ministrar conteúdos próprios. No entanto, eles podem ajudar na elaboração de projetos extraclasse.

SEM NOTÍCIAS

MT registrou aumento de 11% nos casos de desaparecidos

Da redação

Mato Grosso registrou aumento de 11% nos casos de pessoas desaparecidas no ano passado. Os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, divulgado no mês de julho, que apontou um aumento de 241 casos de 2021 para 2022. Segundo o delegado Marcel Gomes de Oliveira, da Delegacia Especializada de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP), a maioria dos casos são de pessoas que desapareceram por vontade própria ou por problemas psicológicos no pós-pandemia.

“Primeiramente, a gente deve registrar que a grande maioria das ocorrências de pessoas desaparecidas estão relacionadas aos desaparecimentos voluntários. É justamente quando as pessoas, por vontade própria, se ausentam dos seus lares sem dar notícias do seu paradeiro para os familiares. Então, antes de qualquer coisa, a gente tem que deixar claro que o grande número de pessoas desaparecidas são pessoas que desaparecem voluntariamente”.

O delegado acrescenta ainda que, brigas familiares e os problemas psicológicos também são um dos principais fatores que fazem com que as pessoas queiram desaparecer, por vontade própria, sem avisar os familiares e/ou amigos.

É importante ressaltar que independente do motivo do desaparecimento, é importante registrar o boletim de ocorrência, logo que perceber a ausência da pessoa, para que a polícia possa localizá-lo. O delegado desmistifi-

ca sobre ter que esperar 24 horas para registrar o boletim de ocorrência.

“A gente sempre deixa claro que não existe esse lapso temporal. Não existe essa questão de transcorrer 24 horas para estar registrando [o boletim]. O que acontece muitas vezes é que os familiares, antes de registrar a ocorrência, se cercam de todos os cuidados para saber se efetivamente aquela pessoa está desaparecida”, pontua Marcel.

CONTATO COM OS FAMILIARES - Outra questão apontada por Marcel, é que o contato com os familiares que estão buscando por uma pessoa desaparecida não finaliza após a confecção do boletim de ocorrência. O delegado explica que há um contato permanente com os familiares para monitorar a ocorrência e encerrar as buscas, caso a pessoa volte para casa.

“Hoje a gente mantém uma linha de contato permanente. E a partir do momento que uma

pessoa registra uma ocorrência de desaparecimento, essa ocorrência passa a ser monitorada. Constantemente, a gente está realizando contato com os familiares para saber, e também realizando diligências com o objetivo de buscar o paradeiro da pessoa”, conta Marcel.

Além das buscas e do contato com os familiares, ao ser registrado o boletim de ocorrência de desaparecimento, todas as delegacias do Estado com acesso ao sistema da Segurança Pública recebem o alerta do caso. Desta forma, as buscas se expandem por todo o estado.

COMO REGISTRAR UM DESAPARECIMENTO - Para registrar um desaparecimento é preciso ir à Delegacia Especializada de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) mais próxima com os dados básicos da pessoa desaparecida. Lembrando que não é preciso esperar 24 horas para registrar um desaparecimento.



É importante ressaltar que independente do motivo do desaparecimento, é importante registrar o boletim de ocorrência

ETANOL

Setor estima aumento de 23% na produção de etanol em relação à safra anterior, mas ainda tem desafios para crescimento sustentável

MT deve produzir 5,3 bi de litros

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed**Da redação**

A agroindústria de Mato Grosso evoluiu consideravelmente, passando de antigos engenhos de açúcar para uma indústria de bioenergia diversificada. A produção de etanol de milho e cana-de-açúcar impulsionou o estado, que é agora o maior produtor de etanol de milho no país e ocupa o terceiro lugar em produção geral, após São Paulo e Goiás. A agroindústria também contribui para a economia circular com produtos como cogeração de energia, biogás e biofertilizantes.

Para se ter noção, a produção de etanol em Mato Grosso ultrapassou 4 bilhões de litros sustentada principal-

mente pelo aumento da produção de etanol de milho, que responde por cerca de 75% da produção de etanol do estado. Destaque ainda para a previsão de produção de 5,3 bilhões de litros de etanol na safra 2023/24, um aumento significativo de 23% em relação à safra anterior.

Esse avanço trouxe não apenas geração de empregos e valor agregado ao estado, mas também o reconhecimento de Mato Grosso como referência em tecnologias de energia renovável. Além disso, o estado se destaca na produção de biodiesel, ocupando o primeiro lugar em quantidade de usinas e a segunda posição em volume de produção, impulsionando emprego e renda em diversas regiões.

A expansão da produção agrícola, com disponibilidade de matérias-primas como soja e algodão, ampliou a diversificação do biocombustível. Mato Grosso conta com 16 usinas de biodiesel, com capacidade autorizada de produção anual de 2,897 bilhões de litros.



Produção de etanol deve atingir 5,3 bilhões de litros na safra 2023/24, um aumento de 23%

“Com todos esses avanços no cenário industrial, o setor trouxe evolução para o Estado, com agregação de valor, geração de emprego e uma economia circular e renovável que têm desenvolvido outras cadeias ao seu redor”, pontuou o presidente do Sistema Federação das Indústrias de Mato Grosso (Sistema Fiemt) e presidente das Indústrias de Bionergia de

Mato Grosso (Bioind), Silvio Rangel.

No entanto, o setor enfrenta desafios para garantir um futuro sustentável, o que levou à realização do 1º Encontro Nacional de Inovação das Indústrias de Bioenergia, buscando debater temas cruciais para a cadeia.

“É uma oportunidade para destacar a importância do setor, debatendo vários temas que

envolvem essa cadeia, como a sustentabilidade, o bem-estar e segurança no trabalho, a inovação nas áreas industrial e agrícola e técnicas inovadoras”, pontuou o presidente do Sindicato das Indústrias do Biodiesel no Estado de Mato Grosso (SindiBio-MT), Rômulo Morandin.

Com um crescimento notável de 23% previsto na produção de etanol na safra 2023/24, al-

cançando 5,3 bilhões de litros, e uma estimativa de 4,2 bilhões de litros de biocombustível (etanol de milho), o estado demonstra sua relevância no cenário nacional de bioenergia. Além disso, a produção de 1,8 milhão de toneladas de DDGs e 522 mil toneladas de açúcar, juntamente com a moagem de 16,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, reflete a pujança do setor.

SINAL DE ALERTA

86% das famílias mato-grossense estão endividadas

Gilberto Leite

Gabriel Soares

O endividamento das famílias em Cuiabá voltou a crescer, com um aumento de 2,5 pontos percentuais em julho na comparação ao mês anterior, atingindo o alarmante patamar de 86,2%. Isso significa que mais de 176,3 mil famílias na capital mato-grossense estão 'enforcadas'. O cartão de

crédito continua sendo o principal vilão do orçamento familiar.

A pesquisa conduzida pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), analisada pelo Instituto de Pesquisa da Fecomércio (IPF-MT), também revela que, entre os endividados, 26,8% possuem contas em atraso, um aumento de 0,1 ponto percentual

em relação ao mês anterior. Além disso, 6% das famílias afirmaram que não poderão pagar suas contas, um aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior.

O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, alerta que o aumento na inadimplência pode estar associado à queda na geração de empregos, além de fazer soar um

alerta para a economia mato-grossense.

"O aumento na inadimplência, observado desde março, pode estar ligado à queda na tendência de geração de emprego no período. Porém, no último mês de junho, foi observado um saldo considerável de novos empregos, levando a uma estabilização ou até a uma diminuição no número de contas em atraso por parte das famílias, contribuindo, assim, com a economia cuiabana", disse.

A pesquisa também revela que o cartão de crédito continua sendo a principal fonte de endividamento para 81% das famílias, seguido pelos cartões, com 29,3%. Bem atrás vêm o crédito consignado (6,1%), financiamentos de carro (4,2%) e os de casa (4,1%). Com relação ao nível de endividamento das famílias, 40,1% se consideram pouco endividados, enquanto 35,2% afirmam estar mais ou menos endividados e 10,8% estão muito endividados.

Júnior defende a necessidade de medidas de combate à inadimplência que visem a quitação de dívidas das famílias. Ele enxerga o novo programa do governo federal, Desenrola Brasil, como uma possível ferramenta para frear o aumento da inadimplência e permitir que essas famílias retomem o consumo.

"Medidas de combate à inadimplência, que visam a quitação de dívidas das famílias, podem ser uma ferramenta que favoreça a população cuiabana que se encontra nesta condição, gerando acesso ao crédito e, novamente, uma retomada no consumo na região", enfatiza o presidente.



Pesquisa aponta que mais de 176 mil famílias de Cuiabá estão endividadas; 6% dizem não ter como pagar as contas

Segundo análise do IPF-MT, a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamares elevados no último ano também contribuiu para o aumento na inadimplência, uma vez que dificulta a quitação de dívidas.

A média de atraso nos pagamentos no mês de julho é de 46 dias, três dias a mais que o averiguado no mês anterior e nove dias a menos que o registrado no mesmo período do ano passado. Dentre as famílias que estão inadimplentes, 28,8% afirmam possuir mais de um ano de comprometimento com a dívida, avanço de 1,8 p.p. ante a junho. Outros 25,6% disseram ter dívidas de 3 a 6 meses, enquanto 23% têm dívidas de 6 meses a um ano.

EVOLUÇÃO EM UM ANO - Em relação ao mesmo período do ano passado, os dados revelam forte crescimento no endividamento das famílias cuiabanas. Em julho de 2022, 74% das famílias em Cuiabá estavam endividadas. Isso

significa que houve aumento de 12,2 pontos percentuais no ano.

Por outro lado, a pesquisa demonstra uma que houve redução de 2,2 pontos percentuais no número de famílias que têm contas em atraso. Em 2022, 29% das famílias cuiabanas estavam nessa situação, contra 26,8% atualmente. Além disso, também houve redução no número de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas, na ordem de 0,9 ponto percentual em relação a julho de 2022.

ÂMBITO NACIONAL - Em âmbito nacional, o percentual de famílias brasileiras endividadas atinge 78,1%, com 12,9 milhões de famílias possuindo alguma dívida. Isso representa uma queda de 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior. No país, 32% das famílias afirmam estarem pouco endividadas, 27,9% se consideram mais ou menos endividados e 18,2% declaram que estão muito endividados.



CASA DOS VIDROS
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.



Esquadrias de ALUMINÍO

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

LINHAS:	CORES:
<ul style="list-style-type: none"> ⊙ Suprema ⊙ Gold ⊙ 30 Infinite ⊙ 42 Reforçada 	<ul style="list-style-type: none"> ⊙ Bronze ⊙ Branca ⊙ Prata Fosca ⊙ Amadeirado ⊙ Preto

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

<ul style="list-style-type: none"> ⊙ Envidraçamento de Sacadas ⊙ Box para Banheiro ⊙ Espelhos 	<ul style="list-style-type: none"> ⊙ Coberturas de Vidro ⊙ Guarda-Corpo de Vidro ⊙ Esquadrias de Alumínio ⊙ E muito mais...
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------





Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

LEI ANTI-DESMATAMENTO

Ministro afirma que legislação europeia viola normas internacionais de comércio e fala em aprofundar relações com parceiros do BRICS

Brasil não aceitará exageros da UE



Gabriel Soares

As restrições impostas pela União Europeia (UE) a produtos provenientes de áreas de desmatamento, legal ou ilegal, são consideradas uma "afrenta" pelo governo brasileiro. No começo da semana, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que essas restrições violam as normas de Organização Mundial do Comércio (OMC) e que o Brasil não irá aceitar a imposição da União Europeia.

Fávaro ressaltou que o Brasil consegue oferecer rastreabilidade e garantia de origem, o que já seria suficiente para garantir que os produtos brasileiros não contribuam com as mudanças climáticas. Porém, ele alertou que se a União Europeia se mantiver irredutível quanto às restrições, o Brasil pode ser forçado a levar seus negócios para outros lugares. O mais provável é um fortalecimento das relações comerciais com os países integrantes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

"Nós temos que trabalhar aqui no Brasil o avanço da rastreabilidade, da certificação, mostrar o tanto que os nossos produtos têm garantia de qualidade e também de produção sustentável", enfatizou.

"Se a UE não quiser compreender isso e quiser elaborar suas próprias regras, [mesmo o Brasil] com certificação, garantia de origem, e nem isso for suficiente, será criado um novo bloco, fortalecendo os BRICS", completou.

Aprovada pelo Parlamento Europeu, a lei proíbe a importação de produtos provenientes de áreas que tenham sido desmatadas após dezembro de 2020. As restrições atingem os principais itens de exportação brasileiros, como madeira, soja, carne bovina, cacau, café, óleo de palma, borracha e derivados.

Para contrapor os argumentos europeus, Fávaro indicou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentará um estudo sobre os efeitos do aquecimento global para a agricultura na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), em novembro. Ele afirmou ainda que a maior parte das emissões de dióxido de carbono são provenientes do uso de petróleo.

"Hoje, 80% da emissão de CO2 do mundo é proveniente de petróleo, não é desmatamento da Amazônia", afirmou.

Fávaro enfatizou que a grande maioria dos produtores brasileiros adere a boas práticas ambientais e defendeu a punição dos infrato-

res "no rigor da lei", lembrando que o Código Florestal Brasileiro é uma das legislações ambientais mais restritivas do planeta.

"A própria ministra [do Meio Ambiente] Marina Silva, que é uma autoridade mundial em meio ambiente, disse no lançamento do 1º Plano Safra da história ancorado em amplitude de Baixo Carbono, que premia produtores por boas práticas, que menos de 2% dos produtores brasileiros cometem crimes ambientais, portanto mais de 98% têm boas práticas", ressaltou.

Como exemplo da capacidade brasileira para conquistar novos mercados, o ministro lembrou os avanços do ministério em parcerias com China, Reino Unido, México e Egito, conquistados nos últimos sete meses.

"O Brasil tem de ter altivez, vamos procurar uma nova ordem econômica, com novas oportunidades econômicas", afirmou Fávaro.

MAIS PRODUTIVIDADE - Fávaro destacou a revolução agropecuária promovida no Brasil, por meio da ciência, que permitiu o aumento da produtividade de forma muito superior ao crescimento das áreas de produção, o que pode ser a salvação do planeta em termos de segurança alimentar e climática.

"Tivemos um aumento de 140% na área ocupada, mas um crescimento de 580% em produtividade. Ninguém no mundo fez isso e ninguém no mundo tem a capacidade de fazer isso. Nós podemos e vamos fazer mais", destacou.

O ministro acaba de retornar de uma viagem à Coreia do Sul, Japão,



Fávaro destaca que produtos brasileiros têm certificações e rastreabilidade para garantir que não têm origem no desmatamento

Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, onde foi apresentado o maior programa de produção sustentável de alimentos do mundo, capitaneado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

A proposta consiste na conversão de até 40 milhões de hectares

de pastagens de baixa produção para áreas de Integração-Lavoura-Pasto-Floresta (IFLP) e agricultáveis, que permitiram dobrar a exten-

são da produção para alimentos e energias renováveis com sequestro de carbono e mantendo o território preservado do Brasil.

ALTA NOS PREÇOS

Inflação fica em 0,12% em julho, diz IBGE

Vitor Abdala/ABR

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, ficou em 0,12% em julho deste ano. A taxa ficou acima das observadas no mês anterior (-0,08%) e em julho de 2022 (-0,68%), segundo os dados divulgados na sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, a inflação oficial acumulou taxa de 2,99% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulou alta de preços de 3,99%, acima dos 3,16% acumulados até junho.

A alta da inflação foi puxada principalmente pelos transportes, que registraram alta de preços de 1,50% em julho, influenciado principalmente pelo aumento de 4,75% na gasolina. Também tiveram inflação o gás veicular (3,84%) e o etanol (1,57%), além da passagem aérea (4,97%) e os automóveis novos (1,65%).

"A gasolina é o subitem de maior peso na cesta do IPCA, então a alta de mais de 4% da gasolina foi o maior impacto do IPCA de julho. Se excluísse a gasolina do índice, o IPCA teria sido de -0,11%, menor do que o IPCA do

mês passado", destaca o pesquisador do IBGE André Almeida.

Os alimentos continuaram registrando deflação (queda de preços), ajudando a evitar uma alta maior do IPCA. O grupo alimentação e bebidas registrou variação de -0,46%, puxado por itens como feijão-carioca (-9,24%), óleo de soja (-4,77%), frango em pedaços (-2,64%), carnes (-2,14%) e leite longa vida (-1,86%).

Outro grupo que registrou deflação importante foi habitação (-1,01%), devido principalmente à queda de 3,89% na energia elétrica residencial.

A queda da tarifa das contas de luz nas residências, aliás, foi o subitem que mais contribuiu para frear a inflação. "A queda na energia elétrica está relacionada à incorporação do bônus de Itaipu, que foi creditado nas faturas emitidas no mês de julho", explicou Almeida.

Entre os outros grupos de despesa, quatro tiveram inflação: artigos de residência (0,04%), saúde e cuidados pessoais (0,26%), despesas pessoais (0,38%) e educação (0,13%). Comunicação teve estabilidade de preços e vestuário apresentou deflação (-0,24%).

SAFRA 2022/23

Colheita se aproxima do fim em Mato Grosso

Daniel Guimarães/Aprosoja

A colheita do milho 2022/23 em Mato Grosso está perto do fim. Isso porque o Estado colheu 96,08% do cereal. O dado foi atualizado na última sexta-feira, 4 de agosto, pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). Para esta temporada, a estimativa é de que os produtores de Mato Grosso colham 50,15 milhões de toneladas do cereal, um aumento de 6,3 milhões de toneladas na comparação com o ano anterior.

No dia 28 de julho, quando o Imea divulgou o último boletim, a colheita do milho estava em 91,62%. Com isso, em sete dias, houve um avanço de 4,46 pontos percentuais. No entanto, a colheita desta safra está atrasada em relação à anterior, 2021/22. Em agosto do ano passado, Mato Grosso havia colhido 99,73% do milho. Sendo assim, houve um atraso de 3,65 pontos percentuais.

No que se refere à produtividade, o Imea reajustou a expectativa

de rendimento da safra 2022/23 devido às boas condições das lavouras até o final de junho. Conforme o Instituto, a produtividade deve chegar a 112,68 sacas por hectare, o que representa um aumento de 2,63 sacas por hectare quando comparado com o último relatório e 10,45 sacas por hectare ante a temporada 2021/22.

POR REGIÃO - Dentre as sete regiões do Estado de Mato Grosso, compostas por centro-sul, médio norte, nordeste, noroeste, norte, oeste e sudeste, quem está com a colheita mais avançada é a norte, que colheu 99,92% do milho. Na semana passada, a região havia colhido 99,35%, com isso houve avanço de 0,57 ponto percentual.

Outra região que também está próxima dos 100% é a médio-norte, que colheu 99,26%. Na última semana, a região havia colhido 97,50% do cereal, sendo assim houve avanço de 1,76 ponto percentual.

A terceira região que mais colheu no estado foi a nordeste. No local,

os agricultores colheram 98,57% do milho. O avanço semanal da colheita na região nordeste foi de 3,12 pontos percentuais.

Quem também avançou sua colheita foi a região noroeste, avançando 4,92 pontos percentuais, passando de 93% do milho colhido, para 97,92%.

Quem também está próxima de fechar sua colheita é a região noro-

este. No local, os agricultores colheram 96,41% do cereal. Em comparação com a última semana, quando a colheita estava em 88,21%, houve um avanço de 8,20 pontos percentuais.

Apesar de ser a sexta região que mais colheu em Mato Grosso, o centro-sul foi quem deu o maior avanço dentro de uma semana. Isso porque a região passou de 84,11% para 94,96%,

avancando 10,85 pontos percentuais.

Por último, quem está com a colheita mais atrasada é a região sudeste, que colheu 84,40% do milho. No entanto, a região foi a segunda que mais avançou sua colheita dentro de sete dias, pois na última semana havia colhido 75,48% do cereal. Sendo assim, a região avançou 8,92 pontos percentuais.



Apesar do avanço na última semana, colheita ainda está atrasada na comparação com a safra passada

Assessoria

Marcos Vergueiro/Secom-MT